

ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Queremos cumprimentar os telespectadores da TVAL, também os demais funcionários da Casa que colaboram para que possamos levar a bom termo esta sessão de hoje.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, quem nos acompanha nesta manhã de quinta-feira pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital ou pessoalmente.

Antes de mais nada, gostaria de falar sobre o lançamento do livro que ocorreu ontem nesta

Assembleia Legislativa, no Plenarinho, que é uma iniciativa do nosso mandato e também do vereador Afrânio Boppré, cujo título é *Gracias a La Vida - Memórias de Um Militante*, de Cid Benjamim, que é jornalista atualmente. O livro conta um pouco da história da resistência à ditadura militar nas décadas de 60 e 70.

Pretendia falar ontem sobre o tema, mas não pude. E não tenho como fugir hoje ao debate acerca dos conflitos existentes na Universidade Federal de Santa Catarina, crise provocada por dois estudantes, com os quais foram encontrados três, quatro baseados na tarde de quinta-feira, dentro do campus da UFSC. Evidentemente o que provocou a crise não foi exatamente os quatro baseados, mas a motivação. O que provocou a crise foi a atuação da Polícia Federal e aí posteriormente, a pedido desta, a atuação também da Polícia Militar.

Quero registrar que a Polícia Militar foi atender a um chamado P11, ou seja, um pedido de socorro por parte da Polícia Federal naquele campus. E inclusive o representante do 4º Batalhão, o próprio comandante, antes mesmo de ser acionado o choque, tentou procurar uma saída negociada para a situação. Ele mesmo disse isso aos meios de comunicação e a este deputado pessoalmente. Aliás, integrantes e autoridades da UFSC testemunham que o comandante da Polícia Militar tentou e achava que era possível uma saída negociada para não precisar fazer uso da força, no entanto, nenhuma proposta possível foi aceita pelo delegado, superintendente, embora interino, da Polícia Federal em Santa Catarina.

No dia, ouvindo os relatos e lendo as notícias nos meios de comunicação, achei absolutamente estranha a situação, porque desconheço, em todo o tempo em que moro em Florianópolis - e já frequentei a UFSC, estudei e me formei naquela universidade -, qualquer ação desse tipo pela Polícia Federal, especialmente por causa de três baseados. Alguém policial militar conhece uma ação da Polícia Federal que redundou na surpreendente quantia de droga apreendida: três baseados? Agora, o que diz o delegado superintendente da Polícia

Federal é que a UFSC é um antro de criminosos e que querem construir lá uma república de maconheiros. É muita desqualificação ética e profissional desse cidadão, que, aliás, é um funcionário público igual a cada um de nós. É, sim, delegado da Polícia Federal, uma instituição que precisa ser respeitada, mas ele precisa ser o primeiro a respeitar os outros.

Não tenho a menor dúvida de que a imensa maioria dos estudantes daquela universidade não usa drogas e que a imensa maioria inclusive é contra o uso de drogas. E ele próprio, contraditoriamente, informa para a imprensa que existia um acordo entre a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Universidade para que houvesse a investigação sobre o tráfico de drogas na UFSC, no seu entorno.

Ora, todos nós sabemos, especialmente, nós, policiais, todos os policiais investigadores da Polícia Civil, que se estamos investigando algo na intenção de combater, coibir, prender traficantes e apreender drogas e vamos *in loco* prender dois ou três maconheiros - e foi essa a prática, a ação de terça-feira, à tarde -, estragamos a investigação. Se é que há investigação!

Então, ficar jogando para a sociedade que a universidade é um antro de maconheiros é injusto, incorreto e desnecessário. Um delegado da superintendência federal, mesmo que interino, dizer que a universidade é um antro de criminosos é um ato de preconceito contra a universidade. Dizer que a reitora defende e quer construir uma república de maconheiros é uma posição ideológica, preconceituosa, tendenciosa, do pondo de vista político-ideológico. Dizer que uma deputada, a senhora deputada Luciane Carminatti, é um papagaio de pirata, quando a deputada foi lá para tentar garantir que não houvesse um enfrentamento como os professores que estavam lá, com os representantes da reitoria, é um desrespeito.

Não vou longe em dizer que muitos dos estudantes que se manifestaram naquele momento nem sabiam da droga e da motivação. Apenas acharam estranha a operação e a forma como foi feita.

Aliás, não estavam identificados, somente se identificaram como policiais depois de cercados, porque até ali as pessoas não sabiam nem que se tratavam de policiais.

A atitude foi imprudente por vários aspectos, e antiproducente se o objetivo era combater o tráfico de drogas na UFSC. A ação e a forma como foi feita foi antiproducente, foi contrária aos objetivos informados e propalados. E qualquer policial sabe que a ação prejudicou o trabalho de investigação do tráfico de drogas na universidade, em seu entorno.

E se já na terça-feira, à noite, ouvindo e sabendo da situação, supus que poderia ter alguma coisa de diferente nessa ação, ao ouvir as declarações do delegado em questão no dia de ontem não tive dúvidas: querem jogar a sociedade contra a universidade, contra a reitora. Aliás, a operação quer dizer que as forças conservadoras políticas da universidade vão dizer que a reitora é incapaz de manter a ordem na universidade e os estudantes, inclusive aqueles que defendem o uso de drogas - e todo mundo aqui sabe que há um debate na sociedade brasileira inteira a respeito desse assunto e que eu tenho uma posição que já manifestei - vão criticar a reitora porque ela chama a polícia para dentro do campus. Passo a pensar, e para mim está claro, que se trata de uma provocação para criar uma cortina de fumaça - e não é só ironia, porque inclusive, literalmente, ao falar em maconha é uma cortina de fumaça mesmo - para que não saia ou não se torne notícia principal, outras questões relativas à Universidade Federal de Santa Catarina.

Assim, é uma cortina de fumaça muito maior do que proporcionaria três ou cinco baseados. Uma cortina de fumaça para omitir, esconder e não deixar aparecer para o grande público, através dos meios de comunicação, outras questões, com certeza, muito mais importantes para o futuro da referida universidade. Esse debate precisa continuar, essas questões precisam vir a público e a sociedade precisa ter os pés no chão, a tranquilidade e a sensatez, que o delegado não

está tendo, para discutir todas as questões inclusive o uso e tráfico de drogas na universidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero registrar a presença do vereador José Simas, de Camboriú. Dedicado, trabalhador, microempresário e amigo que conquistei há pouco tempo. Aliás, duas são as coisas boas da política: aquilo que fazemos para a comunidade e os amigos que conquistamos nessas andanças pelo estado de Santa Catarina. E o Simas é um grande amigo, grande vereador e, agora, estamos juntos para o que der e vier. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Seja bem-vindo, Simas, pode ter certeza de que você está arranjanado um grande e forte amigo na pessoa do deputado Darci de Matos. E na política somos passageiros, a única coisa que fica realmente são as amizades que colhemos neste meio. Amanhã já não estaremos mais aqui, mas os amigos ficam, com certeza.

Com a palavra o próximo orador inscrito para falar, o sr. deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha.

Estarei, hoje, às 17h30, na inauguração de uma importante obra, o acesso à praia do Ervino, mais uma obra da Costa do Encanto, tão sonhada pelo então governador Luiz Henrique da Silveira, que custou mais de R\$ 19 milhões e que trará um grande desenvolvimento para a região e São Francisco do Sul.

Sr. presidente, gostaria de comemorar junto com o Movimento Negro de Santa Catarina e também de todo o Brasil a aprovação de uma lei no Congresso Nacional, ontem encaminhada pela presidente Dilma Rousseff e que garante o acesso através de cotas para negros e indígenas na proporção de 20% em concursos públicos em nível federal. Todo Movimento Negro, não apenas do estado, mas de todo o Brasil, está comemorando mais esta vitória, tendo em vista que este sistema já existe nas universidades federais e na própria Udesc esse sistema de acesso através de cotas, pois são políticas afirmativas no sentido de reparação e de um acesso à população negra do nosso país.

Eu comentava aqui na semana retrasada que é muito fácil falar que racismo é um assunto chato, que realmente existe racismo, pois fica só nisso. Na verdade é necessário, além de achar que o racismo é um assunto chato, é entender que o racismo é um assunto sério e que precisa ser combatido, e ações afirmativas como esta tornam este combate mais eficaz.

Gostaria também de relatar que uma pesquisa realizada pela universidade de São Carlos, em São Paulo - e soube disso ontem, lendo o *site* da globo, no *g1.com* -, diz que no estado de São Paulo a taxa de negros mortos pela polícia do estado é três vezes maior do que a de brancos. Embora o governador de São Paulo diga que a polícia é preparada para não agir de forma discriminatória no momento das abordagens, esse estudo mostra que realmente a taxa de negros mortos pela polícia de São Paulo é quase três vezes maior do que a de brancos. A pesquisa, que foi feita pelo Grupo de Estudos Sobre Violência e Administração de Conflitos da UFSCar, mostra também que a taxa de prisões em flagrante de negros é 2,5 vezes maior do que a verificada entre pessoas brancas.

Os dados levaram em conta 734 processos da ouvidoria da polícia reunidos entre 2009 e 2011 que revelam que 61% das 939 vítimas paulistas são negras; 97% são homens e 77% têm entre 15 e 29 anos. Já os policiais envolvidos são em sua

maioria brancos, na proporção de 79% e 96% atuam na polícia militar.

A pesquisa será publicada no *site* da universidade no dia 02 de abril. Os dados de mortes em 2011 de negros são de 193, e de brancos, 131. Comparados à população de cada etnia residente no estado, a taxa de negros mortos por 100 mil habitantes fica de 1,4 contra 0,5 dos brancos, é o que aponta este levantamento da UFSCar.

Seria importante também existir uma pesquisa no estado de Santa Catarina para saber se esta proporção de mortes de negros é igual ou não quando na abordagem já que em São Paulo figura um elevado nível de mortes de negros quando comparado à população branca no estado de São Paulo.

Então, esse é um registro que estamos fazendo. Esperamos que a polícia não faça essa abordagem discriminatória no nosso estado, por exemplo, como aconteceu com o ator Vinicius Romão, que foi preso injustamente, ficou preso durante 18 dias sem acesso a advogado, sem nenhum contato com a família e depois foi constatado que era inocente. Ele foi preso ao ser confundido com outro assaltante, por ser negro, e depois acabou sendo solto por ser ator e também, porque ficou comprovada a sua inocência. Mas providenciaram a sua liberdade, principalmente, porque descobriram que ele era um ator global.

Mas quero, ainda, fazer o registro, sr. presidente, de algo que me causa estranheza. O governo de São Paulo tem impedido o acesso ao serviço público de pessoas que são consideradas obesas. Na hora da perícia médica os concursados considerados obesos não puderam assumir o cargo de professor no estado de São Paulo.

Então, pouco importa se essas pessoas têm o dom de ensinar, também pouco importa a alta gama de conhecimento que possuem, se mestrado ou doutorado, essas pessoas estão impedidas de tomar posse como professores no estado de São Paulo, se o seu IMC - Índice de Massa Corporal -, é considerado elevado.

Eu achei estranho isso, sr. presidente, porque fui medir o meu IMC, ontem, e o meu é de 28.9 sendo que a partir de 30 já é considerado obesidade. Nesse caso, se eu fizesse concurso em São Paulo não poderia assumir uma vaga de professor, porque seria considerado obeso, isto é, gordo.

E pesquisas mostram que o IMC não é a forma mais apropriada de dizer se a pessoa é doente ou não, existem outros fatores, como por exemplo, a gordura abdominal, que é um fator que pode ser mais eficaz na averiguação de doenças do que o IMC, que não deve ser considerado medidor de doenças.

O governo de São Paulo está cometendo um grande erro ao impedir que professores que prestaram concurso com conhecimento vasto, acessem a rede de ensino no estado. Isto é muito complicado. Eu tive vários professores obesos e que me ensinaram muitas coisas que carrego até hoje. Portanto, não é a gordura ou o peso que vai dizer se a pessoa é capaz de lecionar ou não.

Então, fica aqui este registro, a indignação por esse equívoco que o governo de São Paulo vem cometendo ao não permitir que professores com IMC elevado tenham acesso à rede pública de ensino paulista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, inicialmente gostaria de cumprimentar o nosso secretário de Assistência Social do Município de Camboriú, John Lenon, pois ontem tivemos a satisfação de dar boas-vindas, ao PSD, filiando-se ao 55, com mais uma centena de filiados naquele município, e que também terá nesta manhã, sr. presidente, um espaço para falar sobre o Projeto Cidade Segura.

Seja bem-vindo a esta Casa e será um prazer ouvi-lo.

Sr. presidente, queremos falar rapidamente sobre dois temas completamente antagônicos: leite e drogas. E vamos iniciar pelo primeiro. Tínhamos um projeto tramitando nesta Casa que, infelizmente, foi considerado inconstitucional e agora estamos transformando-o numa indicação - assim como o deputado Nilson Gonçalves tem feito muitas vezes, estou seguindo o mesmo caminho - a ser encaminhada ao governador do estado, especialmente ao secretário da Fazenda, tratando de uma proposta que pode salvar a indústria láctea, principalmente a indústria do iogurte em Santa Catarina.

Refiro-me especificamente à região oeste catarinense, onde estive visitando algumas empresas. E a nossa proposta quer incluir o iogurte e a bebida láctea na lista de mercadorias de consumo popular, porque estamos tendo, infelizmente, uma batalha tributária entre os estados, e isso não é novidade, de forma mais específica na questão do iogurte. E por meio desta nossa indicação, baseados na Lei n. 10.297, de dezembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias ou à prestação de serviços, o nosso famoso ICMS, nossa intenção é de fato incluir esses alimentos dentre os constantes da cesta básica, o que não se faz possível em face de a mesma ser instituída pela Lei Federal n. 6.321.

Então, resta-nos, como parlamentar desta Casa, a opção da inclusão do iogurte e da bebida láctea na lista de mercadorias de consumo popular na legislação que rege o ICMS de Santa Catarina e que contará com o benefício da redução da tributação e conseqüente redução nos custos de comercialização, facilitando sua aquisição por consumidores especialmente os de baixa renda.

Entendemos que se trata de uma matéria de interesse público e esperamos contar com acolhida do governo do estado, do secretário da Fazenda, com quem estaremos conversando, e já convidei o deputado Mauro de Nadal, que é também da região de

São Carlos e de Águas de Chapecó, para me acompanhar. Uma das empresas que visitei, por exemplo, com 300 funcionários nas próximas horas reduzirá para 70 funcionários, porque não está conseguindo acompanhar a concorrência de São Paulo, do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao comércio de bebida láctea, especialmente à produção de iogurte. Esperamos que de fato encontremos acolhida por parte do governo a essa nossa proposta.

Era isso que queria falar sobre leite e agora passo para meu segundo tema, sobre o qual não posso me omitir, que é o problema das drogas.

O deputado Sargento Amauri Soares, que continua num embate muito forte com o nosso deputado Maurício Eskudlark, ambos da segurança pública, certamente estão discutindo sobre a questão da eventual tomada de posição e invasão da Polícia Federal no campus da Universidade Federal de Santa Catarina. E preciso me posicionar, sobretudo, aqui nesta Casa, como presidente da comissão de Combate e Prevenção às Drogas e também como ex-estudante da UFSC, pois tive oportunidade de passar oito anos da minha vida naquela instituição, quatro de mestrado e quatro de doutorado e conheço muito bem o campus da Universidade Federal.

É claro que sob certa perspectiva, sob certa ótica, houve talvez uma truculência desnecessária por parte da Polícia Federal na operação, mas, por outro lado, a reitora não tem razão em fazer a defesa como se a Universidade Federal fosse uma zona blindada. Sabemos, sim, que há tráfico de drogas na universidade, isso está muito explícito pelas reportagens que temos acompanhado.

Nós sabemos que há tráfico de drogas na Universidade Federal, isso está muito explícito pelas reportagens que temos acompanhado, o consumo de drogas é permanente também no campus, são mais de 40 mil estudantes, é uma cidade. Agora, o que faltou e o que precisamos para continuar o diálogo é o bom senso. Acho que essa palavra é fundamental na perspectiva tanto da reitoria quanto da Polícia Federal.

A questão do consumo de drogas está muito bem explícita na legislação, quer federal ou quer de âmbito estadual, mas a forma, talvez, como foi feito o encaminhamento tenha sido equivocada.

Então, nesta perspectiva nós queremos que de fato, e talvez o Parlamento possa dar a sua contribuição, haja a abertura de um diálogo e a volta da razão e do bom senso nessa questão que acabou se tornando uma guerra civil, um motim.

Neste momento, a reitoria está ocupada por estudantes esperando uma proposta definitiva de diálogo, de conversação, mas queremos registrar aqui a nossa preocupação com equívocos de ambos os lados. Eu acho que a solução está de fato no encaminhamento do diálogo e do bom senso, para que possamos retomar a ordem e transformar a universidade naquilo que precisa ser: um centro acadêmico de produção de ciência, de conhecimento e, por que não dizer, de princípios e de valores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Não havendo oradores do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLRK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, estava num bate papo informal com os srs. deputados, mas hoje ainda, quando estava vindo pela manhã para a Assembleia e ouvindo a CBN, o assunto em pauta é a discussão a respeito da ação ocorrida na Universidade Federal de Santa Catarina.

Eu volto a reafirmar o meu pensamento aqui de que ou nos esforçamos, mudamos e melhoramos este país ou vamos levá-lo a uma completa baderna, a uma completa desordem.

A criminalidade avança de forma acelerada sobre a sociedade, massacra a sociedade e nós não podemos concordar com ações que não são tão graves, porque amanhã ou depois, quando alguém for cumprir um mandato de prisão por furto, por roubo ou por estupro na UFSC não vai poder cumprir por estupro porque os estudantes vão dizer que é uma ação arbitrária da polícia. Onde é que nós estamos chegando?!

A UFSC tem hoje 40 mil pessoas, entre alunos e pessoas que convivem lá. Quantos daqueles usam drogas? O mínimo do mínimo que usa drogas. E a universidade, a reitoria, os professores não podem se curvar à pressão desse mínimo para que a lei não seja cumprida.

É inadmissível que alguém diga não, que diga que lá é uma área livre e que para entrar tem que avisar. Então, no morro, que é o pobre, pode entrar sem avisar. Agora, na Universidade Federal, onde eles estudam com dinheiro público, à custa do dinheiro público, polícia não pode entrar? É inadmissível.

O que a reitoria, o que os professores têm que fazer? Inclusive fazer processo administrativo para excluir de lá quem for flagrado usando drogas. Assim como quem praticar qualquer outro tipo de crime. Tem que ter um regimento, um código de ética, a universidade tem que ter critérios.

Não pode deixar que alguns contaminem o todo, é um patrimônio nacional, é um patrimônio de Santa Catarina. De lá saem os nossos mestres, os nossos engenheiros, os nossos professores. Quem faz Santa Catarina ser forte, sai da Universidade Federal.

Então, temos que agir com coerência, a própria reitoria tem que ter a sua determinação, o seu posicionamento de que quem agir em desconformidade com a lei vai ser responsabilizado.

Se os policiais foram lá e identificaram que tinha alguém com drogas, o que a lei diz: vai ser levado para a Delegacia de Polícia, feito um Termo Circunstanciado e vai ter que se apresentar em juízo.

Falaram que eles estavam à paisana. Claro que eles estavam à paisana. O policial na investigação

tem que estar à paisana, e não foram lá por acaso. Tanto que chegaram e encontraram a droga, se era pequena a quantidade, é em tese.

Nova Iorque começou a mudar quando foi utilizada a tolerância zero. É a história da vidraça quebrada. Se há um colégio abandonado, se há um prédio abandonado, se ninguém tocar, ele permanece intacto. A partir do momento que se quebra um vidro, outro quebra a janela inteira, e quando vê, aquele patrimônio está depredado.

Então, nós temos que usar os preceitos de ética e de moral. Os pais que acompanham no jornal que lá a polícia só pode ir se for autorizada, como fica a família que no final de semana quer pegar os seus filhos e ir à Universidade Federal, que quer dizer para o seu filho estudar, caprichar, porque um dia vai estudar lá.

Como vai dizer para o seu filho que um dia vai se formar lá, vai ser médico, vai ser engenheiro. Aquilo tem que ser motivo de orgulho para os catarinenses, é uma instituição muito forte, com 40 mil pessoas envolvidas, não podemos deixar que um pequeno grupo transforme aquilo lá numa área livre, onde a Justiça não possa estar presente.

Acho que houve excessos, dizendo que é um antro. Não. Infelizmente a droga se infiltra em todos os locais, mas a sociedade está pedindo para iluminar uma praça porque lá os usuários de drogas começam a se estabelecer, é a sociedade cobrando ações, pedindo para que todos trabalhem no combate às drogas.

Quanto mais portas e possibilidades nós fecharmos para o ingresso da droga na sociedade, mais estaremos contribuindo para um país melhor. Então, não podemos deixar hoje as nossas crianças, os nossos estudantes, vendo que em determinado local você pode usar porque lá a polícia não pode entrar sem ordem.

Então, a sociedade cobra da polícia uma ação, a polícia vai lá para cumprir esta ação, os policiais prenderam os criminosos e quando iriam levá-los para a delegacia, para fazer o TC, chegam outras pessoas e dizem: vocês não podem fazer isso! Se quiserem podem até levar junto um

advogado, alguém, mas não podem dizer que não se vai cumprir a lei. É um absurdo o que se está fazendo

E a reitoria tem que ser a primeira a dizer: aqui queremos quem cumpre as normas, porque é o dinheiro de todos, do pobre ao rico, que faz com que alguns possam estudar.

Então, os estudantes, que estão recebendo esse benefício, têm que dar a contrapartida, tem que ter um código de ética. Não se pode admitir o uso de drogas e quem for pego utilizando qualquer substância ilícita, portando, deve ser expulso, excluído, pois apenas dessa forma poderemos construir um país melhor.

Não podemos ter esse tipo de tolerância. A ação da polícia provocou outra reação, porque os policiais queriam levar as pessoas que portavam drogas para a delegacia e os professores não queriam deixar, quando, na verdade, eles deveriam ser os primeiros a dizer: vocês tem que ir até a delegacia, fazer o Termo Circunstanciado e depois responder por isso em juízo. A lei tem que ser cumprida! É inadmissível que os professores reajam dessa forma. Não precisava chamar a Polícia Militar, quando os policiais estavam nessa situação.

Eu me lembro de uma ocasião, ainda como delegado de polícia, em que o Ministério Público emitiu uma norma solicitando aos mercados para não vender mais rojões, foguetes, porque era um risco, já que eles deixavam os produtos lá na prateleira misturado a outras coisas, podendo causar um incêndio. E os policiais foram fazer uma abordagem num determinado mercado, mas o proprietário não deixou dizendo que havia comprado e pago por aquele produto. A lei é para todos, não é diferente para quem estuda na Universidade Federal ou para quem mora no morro. Todos são iguais perante a lei! A lei não pode ser diferente para uns ou para outros.

Entendo a presença de colegas deputados lá, mas espero que tenha sido no sentido de resolver a situação, de cumprir a lei, para dizer: vamos para a delegacia, vamos fazer o procedimento que tem

que ser feito. Assim, será resolvido legalmente como tem que ser.

Eu falei ontem aqui sobre o filme *Tropa de Elite*, sobre o uso de drogas, que financia a criminalidade, a compra de armas, os homicídios, e não adianta vestir uma camisa branca quando um estudante é assaltado para pedir Justiça, polícia nas ruas e mais não sei o quê. Tudo isso é muito bonito, mas quando uma pessoa fuma o seu baseado está financiando a criminalidade. Quem está fumando o baseado, quem está usando droga, está financiando a criminalidade.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Concedo um aparte à deputada Angela Albino.

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado, não se preocupe que não vou polemizar em grande monta com v.exa., porque desejo fazer esse pronunciamento com bastante tempo.

Fui à Polícia Federal naquele dia e também depois ao *campus*, e gostaria apenas de dialogar com v.exa. num elemento.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu não sabia que v.exa. tinha ido.

A Sra. Deputada Angela Albino - Estou de acordo com v.exa. que essa glamorização de apenas um baseadinho é a causa de mazelas. Não tenho dúvidas, e concordo com v.exa., de que a cadeia que liga o pequeno baseado à grande ação criminosa precisa ser mais bem vista pela nossa sociedade.

Mas tenho impressão, e essa é a minha convicção, de que tivemos dois problemas lá: o consumo abusivo e ostensivo de drogas e parte da ação da polícia. Temos que nos debruçar fraternalmente sobre o que aconteceu, e agora queria apenas relatar um pedaço do outro lado do conflito a v.exa.

Tenho um netinho que estuda no Flor do Campus, uma escolinha dentro da UFSC, e ao lado fica o Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI -, da própria UFSC, cujas crianças tiveram que usar um pano molhado no rosto durante a operação, porque os policiais não tiveram o cuidado de saber que

ali havia crianças. E, no Flor do Campus, as crianças foram confinadas numa biblioteca.

Dessa forma, concordo em parte com o seu pronunciamento, mas discordo também no sentido de que precisamos não absolutizar nem a glamourização e nem a ação policial de qualquer jeito em qualquer coisa. Tenho a impressão de que precisamos chegar a um equilíbrio. Precisamos combater, mas a ação policial tem que estar no limite do bom senso e da legalidade. Faço o apontamento de que havia crianças ao lado e nem esse cuidado tiveram.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Agradeço sua manifestação, deputada. Acho que esse é um momento para a reflexão, para se decidir o que fazer.

Entendo, particularmente, que as normas devem ser cumpridas. Quem está lá precisa respeitar as normas. Depois que forem expulsos dois, três usuários de drogas da universidade, os outros vão pensar antes de usá-la naquele ambiente. Quem for pego usando droga no ambiente estudantil, deve ser expulsos. Dos 10 mil jovens que fazem vestibular para 100 vagas, 9,9 mil ficam de fora. Milhares de jovens deste estado que sonharam em fazer uma faculdade ficam fora. Então, não é admissível que essas tantas pessoas que ficam excluídas vejam a sua possível vaga sendo usada dessa maneira.

Claro que é uma excelente universidade, com mais de 40 mil pessoas, com excelentes professores, profissionais. Então, vamos excluir aqueles que estão maculando a imagem daquele campus. É o momento de repensar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos prestigia nesta manhã, gostaria de fazer aqui um relatório de

sofrimento, inesquecível sobre a vida dos cidadãos do sul do estado.

Há dez anos, fizemos uma caminhada de Osório até Palhoça. Foram 348km. Um grupo de pessoas nos acompanhava, junto com o presidente da Câmara de vereadores de Içara, Wagner Pizzetti. Em cada município, um grupo de pessoas nos esperava com as bandeiras e andávamos até o município seguinte. Lá, no outro município, os vereadores nos esperavam com a população e assim fizemos por 348km, numa luta que marcou a história da duplicação da BR-101.

Nessa luta, estávamos passando por Tubarão, quando o governador Luiz Henrique da Silveira nos ligou e disse: "Para essa caminhada, volta para Araranguá, pega os ônibus e tira todo o pessoal dos balneários que vai haver um furacão, com ondas de 5m de altura que podem destruir a região inteira."

Eu fiquei em choque e na hora não acreditei muito, mas em seguida recebi outro telefone do governador perguntando: "Vocês já estão voltando?" Então nessa hora eu percebi que tinha que acabar com a caminhada e voltar. E foi o que fiz.

Voltei para Araranguá - inclusive à época, a *Rede Globo* anunciou que nada iria acontecer, mas tratava-se do furacão Catarina - para tirar as pessoas do balneário, das casas, mas ninguém quis acreditar, nem minha esposa, filhos e netos. E, eu, sem saber o que fazer e recebendo muitos telefonemas, fiquei aguardando um pouco. Por volta das 21h ainda estava tudo calmo, e a todo instante eu ia até a praia para ver com estava a maré, que até aquele momento estava baixa, cheguei até a pensar que era um equívoco.

Em seguida começou um vento diferente e esquisito, que não dava para saber de onde vinha, ele fazia um redemoinho. Saí correndo e fui novamente à praia - neste momento ocorreu um apagão - olhar o mar, e, para minha surpresa, a água já estava alcançando os prédios. Então eu saí correndo e mandei todos descerem. O meu filho saiu dirigindo na frente, eu atrás, e fomos para Araranguá. Quando eu, juntamente com a minha

família, passamos pela divisa entre Araranguá e o Arroio do Silva, avistei uma coisa preta e pensei: meus Deus, é um tornado! Não era um tornado, mas um eucalipto grande que caiu na frente do meu carro trancando a passagem. E eu pensava: e a onda de 5m? Então saí do carro e tentei quebrar alguns galhos para liberar a passagem, porque estava num carro grande, uma 4 x 4, e consegui, passei pelo barranco da estrada. Durante todo o trajeto havia muitos eucaliptos caídos e fui passando por cima de todos. Quando cheguei no posto do Corpo de Bombeiros não havia ninguém, porque o vento havia levado, inclusive, o posto.

E quando cheguei na minha casa, em Araranguá, para deixar a minha família - e naquele momento o vento tinha aliviado -, o alarme da caminhonete disparou e eu pensei: será que estão tentando roubar meu carro? Na verdade o alarme disparou por causa do vento, que havia voltado, fazendo com que *outdoors* e placas fossem pelos ares.

Havia pedaços de cobertura de postos de gasolina e placas quebradas por todos os lados. Era algo assustador. Na BR-101 não transitava mais ninguém, os eucaliptos trancaram tudo, foi algo que marcou muito a população da minha região. Voltei ao Corpo de Bombeiros, tinha um menino de mais ou menos seis anos que dizia que não sabia para onde ir, pois sua casa havia caído. Era um desespero total, havia casas com telhados arrancados, derrubadas.

As plantações de eucalipto foram derrubadas, não restou nada. Destruíu a região sul, mas para a nossa sorte o furacão desceu um pouco para o mar e não veio com toda velocidade, conforme o previsto, porque ondas de 5m parariam lá na serra, destruiriam tudo, pois nossa região é toda plana e não há 2m entre o mar e a região.

Hoje, dez anos passados, muitas pessoas têm marcas. Ontem, fiz aqui algumas considerações de agradecimento e reconhecimento ao secretário de Educação, que esteve aqui ontem, sr. Eduardo Deschamps, porque depois de dez anos está havendo investimentos para recuperar área a física das

escolas, pois não deu para recuperar tudo que foi destruído ainda.

Assim, a região sul, hoje, tem problemas, pois além do furacão Catarina que destruiu o vale do Araranguá, teve o quarto tornado que deu em Forquilha, o segundo tornado em Criciúma, que arrancou o telhado das casas, e ainda, houve outro tornado que deu em Tubarão, mostrando que a região tem que ter um trabalho de prevenção muito forte, porque esses fenômenos estão sendo frequentes.

Mas hoje podemos dizer que conseguimos superar tudo isso e reconstruir a região. Agora é a questão da educação. O governador não mediu esforços com o secretário para enviar recursos às escolas e ginásios de esportes.

Então, é importante, dez anos depois, fazer um registro do sofrimento, do choro, do desespero que aconteceu na região do vale do Araranguá. Nós vivemos vários episódios de sofrimento, muitos problemas, mas nenhum parecido com aquele que levou tanto desespero como o furacão Catarina, que praticamente destruiu toda região sul de Santa Catarina. Não poderíamos deixar de fazer esse registro do sofrimento, de angústia e desespero das pessoas.

Assim, não podemos duvidar de mais nada e se o sofrimento não foi maior, devemos, à época, ao governador, Luiz Henrique da Silveira, que alertou e fez de tudo para que não acontecesse o pior na região do extremo sul de Santa Catarina, no vale do Araranguá.

Então, quero aqui, deixar registrado este momento marcante de sofrimento e de angústia ocorridos há dez anos. Tivemos três mortes e pela proporção da desgraça ocorrida é um número relativamente baixo, graças a Deus este número não foi maior, tendo em vista a destruição que o furacão Catarina causou.

Quero aqui deixar registrado, como parlamentar, que nós devemos ter um cuidado cada vez maior e devemos nos preparar para estes grandes momentos de sofrimento.

Quero agradecer aos meus pares desta casa que na época não mediram esforços para ajudar, ao

governo que tem contribuído e ajudado, à população que tem superado tudo isso através do trabalho, garra e força. Aquela região hoje que está crescendo, gerando emprego, renda e melhorando a qualidade de vida das pessoas. O sofrimento, a angústia e o desespero ficam de lado e a esperança fica viva para continuarmos lutando. Esse é o grande compromisso do Parlamento Catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra, o deputado Neodi Saretta, que falará em nome de seu partido, por até 11 minutos.

Ao tempo em que passo também a Presidência dos trabalhos ao deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Senhor presidente, senhores deputados, estimados catarinenses e estimadas catarinenses que acompanham esta sessão.

Este ano de 2014 foi declarado pela Organização das Ações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO como o ano da agricultura familiar, e é sobre isso, inclusive, e quero me manifestar a respeito deste tema tão importante que é a agricultura familiar.

Penso que temos o dever de destacar que a agricultura familiar é a grande responsável pelo abastecimento alimentar do brasileiro, pela maioria da ocupação produtiva e pela manutenção das características culturais fundamentais do nosso querido Brasil.

Apesar de sua participação significativa na produção agrícola e sua interação com outras atividades econômicas e sociais, estudos recentes realizados no sul do Brasil indicam que a agricultura familiar está perdendo seus sucessores com os jovens mudando do meio rural para a zona urbana, o chamado êxodo rural.

Para que a agricultura familiar avance ainda mais e de forma cada vez mais sustentável é preciso enfrentar esse desafio.

Hoje um dos principais fatores que podem motivar o jovem a ficar no campo é o chamado Pronaf Jovem. Este programa está dentro do Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf - e visa financiar projetos individuais e coletivos gerando renda aos agricultores familiares e também aos assentados da reforma agrária.

O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais além das menores taxas de inadimplência.

O programa Pronaf Jovem é uma linha de crédito destinada aos jovens agricultores de 16 a 29 anos, e é um dos mecanismos de incentivo à permanência do jovem no meio rural, na agricultura, já que a tendência tem sido o êxodo. Se olharmos as nossas comunidades rurais do estado de Santa Catarina veremos uma população mais envelhecida, uma população que vive da sua atividade rural, muitos agricultores ainda em função da aposentadoria rural, que tem sido uma grande ajuda para o agricultor que consegue atingir esse benefício.

Mas ao mesmo tempo a saída do jovem agricultor da roça para a cidade é um mecanismo que tem acontecido ao longo dos anos, e uma das formas de se tentar a permanência do jovem no meio rural é justamente o Programa Pronaf Jovem, do governo federal, que pode, com a obtenção desses recursos, incentivar a permanência do jovem no meio rural. Esses jovens agricultores podem inclusive financiar qualquer atividade que gere renda, por exemplo, projetos agropecuários, de turismo rural, de artesanato, plantação de pomar e horta. Desde janeiro de 2013, o programa Pronaf Jovem passou a ter maior volume de recursos para ser operado em todo o país.

Outro dado importante que quero destacar é que em 2013 agricultores brasileiros, familiares brasileiros, fizeram mais de dois milhões de contratos do Pronaf para financiar a sua produção, o que corresponde a mais de R\$ 20 bilhões em operações de custeio e investimentos. Este valor é 11% superior ao ano de 2012 e 38% maior que em

2011. Portanto, esse é o maior número de recursos de volumes do Pronaf.

Essa evolução do Pronaf em 2013 significa um valor quase dez vezes maior do que foi aplicado em 2012, e este é um dado importante. Se pegarmos os comparativos com relação o ano 2013, veremos um aumento de praticamente dez vezes mais, o que mostra o quanto esse programa evoluiu com a política pública apoiando a agricultura familiar, não apenas no expressivo valor de R\$ 20 bilhões, mas também com relação ao número de contratos, porque houve um salto de 900 mil contratos em 2002 para 2,2 milhões de contratos em 2013; e depois, de 2,2 bilhões para 20 bilhões de contratos.

Então, podemos destacar a bravura desses agricultores que vêm demonstrando a sua força, superando os obstáculos, as dificuldades para ficarem na agricultura, mostrando o seu papel importante. Nós estamos destacando isso, porque vivemos e convivemos no dia a dia com pessoas que produzem alimentos para o país, para Santa Catarina, deputado Sandro Silva, os agricultores familiares geram empregos, motivam a economia, mantêm as suas famílias no campo a custa de muito sacrifício, já que sabemos que a atividade agrícola é de muito risco; ora pelo excesso de chuva, ora pela falta de chuva, às vezes pelo granizo, também pelo vento, e quando nada disso atrapalha a grande safra, os preços não atingem deputado Sandro Silva, nem os custos da produção.

Então, nossa homenagem aos agricultores da agricultura familiar em função deste ano, 2014, ter sido escolhido pela FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura -, como o ano da agricultura familiar, e que sirva isso como forma de pensarmos cada vez mais em políticas públicas para a agricultura familiar. Exaltando o Pronaf, esse grande salto que deu nos últimos anos no número de contratos de recursos, mas buscando mais formas ainda em incentivar a agricultura, incentivar a permanência do homem no campo, no meio rural.

E quero neste sentido, antes de encerrar, fazer referência também ao programa de entrega de

máquinas que tem sido executado pelo governo federal aos municípios, destinados a ajudar a agricultura familiar.

Esta semana, inclusive, houve mais uma entrega, em Criciúma.

Todos os municípios de Santa Catarina e do Brasil com menos de 50 mil habitantes estão recebendo uma motoniveladora, um caminhão e uma retroescavadeira para auxiliar de fato a agricultura, as estradas rurais por onde escoam a produção. E temos que pensar cada vez mais em políticas públicas para incentivar a permanência do jovem na agricultura, para incentivar o agricultor e para fortalecer nossa agricultura familiar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PSDB, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo oradores do DEM, fim do horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0139/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0236/2013, 0351/2013 e 0514/2013 de autoria do deputado Antônio Aguiar e 0385/2013, de autoria do deputado Darci de Matos.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0305/2013, 0515/2012, 0644/2013 e 0697/20113.

Comunica também que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0698/2013.

Comunica, ainda, que a comissão de Pesca e Aquicultura apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0454/2013.

Votação da redação final ao Projeto de Lei n. 0039/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0116/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0039/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0211/2014 e 0212/2014, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0213/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Pedido de Informação n. 0028/2014, de autoria da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, solicitando ao governo do estado informações referentes ao novo cronograma de trabalho de restauro da Ponte Hercílio Luz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Temos ainda um requerimento de autoria do deputado Ismael dos Santos e outros srs. deputados.

(Passa a ler.)

"Os deputados que este subscrevem, com amparo no Regimento Interno, art. 109, c/c o Ato de Mesa n. 227, de 14 de junho de 2011, vêm perante vossa excelência requerer a cessão da palavra, na Sessão Plenária do dia 27 de março de 2014, no horário da Explicação Pessoal, para manifestação do Secretário da Assistência Social do Município de Camboriú, senhor John Lenon Teodoro, que discorrerá sobre o programa *Camboriú Mais Segura.*"[sic]

Vários deputados assinaram.

(As lideranças aquiescem.)

A Presidência defere este requerimento.

Fim das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão por até dez minutos para ouvirmos o pronunciamento do secretário.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em homenagem aos 133 anos de emancipação político-administrativa do município de Campos Novos.

Está encerrada a sessão.